

Cidade, identidade e os lugares de memória

City, identity and the memory places

Marcia Cristina Senra Marinho de Lima¹

Resumo: Este artigo, uma revisão de literatura, se propõe a fazer uma reflexão sobre cidade e identidade na contemporaneidade e a relação com os lugares de memória, em especial o patrimônio cultural e os museus. Onde não se pode deixar de mencionar a questão de identidade dos grupos sociais que buscam em seu processo de construção identitário se distinguir dos *outros*, conformando identidades culturais urbanas. Isto porque, a cidade é o lugar em que se inscreve a história do urbano e preserva a memória do seu repertório coletivo. E, hoje no contexto da fragilização das cidades impactadas pela redução das barreiras espaciais, os lugares de memória constituem-se como fator de estabilidade capazes de referendar o que é familiar, conferindo um sentido de pertencimento e completude. É importante reconhecer que embora os discursos de memória possam parecer, de certo modo, um fenômeno global, no seu núcleo, o lugar das práticas de memória ainda permanece local, regional, nacional e não pós-nacional ou global.

Palavras-chave: Cidade. Identidade. Lugares de memória. Patrimônio cultural. Museus.

Abstract: This article, a literature review, intends to make a reflection about identity and city in the contemporary world and the relation of this the memory places, especially the cultural heritage and the museums. So, it is important to mention the question of the social groups identity which look forward to distinguish themselves from *others* in the identity construction process, making urban cultural identities. That happens because the city is the place where the urban history is written preserving the memory of the collective repertory. And, today, in the context of the cities which are becoming weak because of the reduction of the especial barriers, the memory places appear as a stability factor that is able to emphasize what is familiar giving a sense of belonging and fulfillment. It is important to recognize that although the discourse of memory may seem, in a way, a global phenomenon, at its core, the place of memory is still local, regional, national and not post-national or global.

Keywords: City. Identity. Memory places. Cultural heritage. Museums.

1 Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/ PUCMinas

INTRODUÇÃO

Muito embora a proposta deste artigo seja uma reflexão sobre cidade e identidade na contemporaneidade e a relação com os lugares de memória, em especial o patrimônio cultural e os museus, não se pode deixar de se mencionar a questão de identidade dos grupos sociais que buscam em seu processo de construção identitário se distinguir dos *outros*, conformando identidades culturais urbanas. Isto, pois, como afirma Fortuna¹ (1997 p.130), “a cidade é a imagem alegórica da sociedade” e esta é formada por “[...] múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem urbana [...]”.²

A cidade é o lugar onde se inscreve a história do urbano e preserva a memória do seu repertório coletivo. Essa história, porém não é uma simples coleta de referências factuais, mas uma recepção e percepção de lembranças e repertórios perdidos que incidem sobre o espaço da cidade. Conjunto múltiplo de ação coletiva, a cidade tem muitas dimensões e significados - reais e virtuais, concretos e simbólicos - e, também ela, a cidade, é construtora de identidades e identificações. Dentro dos limites da cidade diferentes vetores de espaço e tempo convivem nem sempre de maneira harmônica, ou seja, o cotidiano urbano é plural, polissêmico, singular e diverso.³

Hoje, no contexto da fragilização das cidades impactadas pela redução das barreiras espaciais, os lugares de memória constituem fator de estabilidade capazes de referendar o que é familiar, conferindo um sentido de pertencimento e completude. Isto é, a memória é a base para a construção da identidade do indivíduo, dos grupos sociais e da nação.⁴ Afinal, sempre social mesmo quando relativa a um único indivíduo e nunca renunciando aos

indivíduos mesmo quando coletiva, a memória faz das diferentes narrativas e linguagens a matéria prima de sua construção, substrato identitário de indivíduos e sociedades.⁵

MEMÓRIAS, LUGARES DE MEMÓRIA E IDENTIDADE

O despertar da modernidade, intensificado, alargado e potencializado por toda sorte de contatos e intercâmbios pelo processo de globalização tornou possível a transfiguração identitária. Assim, a construção das identidades típicas da era pré-moderna - predeterminadas, estáveis e impostas do exterior - cederam espaço às identidades culturais contemporâneas, isto é, identidades não essencializadas. E é a busca de (re)construção e (re)conhecimento da identidade que impulsiona os homens a inclinarem-se sobre o passado pela procura de referências, signos e vestígios temporais ou espaciais que lhes sejam suporte do ser no mundo. Neste sentido, a memória encontra-se em múltiplos lugares, sejam esses material, simbólico ou funcional - são os lugares de memória.

A razão precípua de um lugar de memória é parar o tempo, impedir o esquecimento, imortalizar a morte e materializar o intangível para prender o máximo de sentido num mínimo de sinais.⁶ Desta forma, os lugares de memória são o registro de todo o processo de identificação dos sujeitos com o espaço no qual se inserem e as decorrentes relações que se estabelecem a partir dessa identificação. Isto porque, a aceleração da história, conforme Nora⁶ (1993 p. 7), leva a “uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida - uma ruptura de equilíbrio”.

Neste sentido, na contemporaneidade assiste-se a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas das sociedades ocidentais e que Huyssen⁷ (2000) denomina de *cultura da memória*. Este fenômeno caracteriza-se pelo deslocamento do eixo dos *futuros presentes* privilegiado nas décadas iniciais do último século, para os *passados presente*, privilegiados nos dias atuais. A procura por outras tradições e pela tradição dos *outros* se fizeram então acompanhar por uma recodificação do passado, (re)inventando e (re)significando-o de forma a criar um repertório de representação identitário. Sendo assim, a multiplicidade e aposição de narrativas e parâmetros explicativos sobre o mundo, as relações sociais e a vida e as consequentes transformações no contexto de globalização revelam como as identidades culturais, as quais são socialmente construídas, impõem um novo olhar sobre esse fenômeno. Logo, tanto no plano teórico quanto no prático, como sugere Fortuna¹ (1997 p. 128), novas acepções são geradas “a partir de renascidas ideologias da cultura e do consumo e de práticas revalorizadas em função de emergentes filosofias de vida”.

Desta maneira, as heranças identitárias e tradições são transmitidas e preservadas pelos lugares de memória que se fixam como importantes instrumentos dos saberes, fazeres e vividos do homem. Fato este que:

remete a um elenco de variáveis em permanente construção. Nesse sentido, “para determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas” [...], uma vez que sua inserção social humana não é unívoca, mas, sim, diversificada. O trabalho da memória é especialmente frutífero para o reconhecimento desses laços identificadores, já que contribui para a internalização de significados e experiências (grifo do autor).⁸

Portanto, sem ser o passado, mas uma representação deste passado a partir do presente, o patrimônio cultural e os museus - lugares de memória - funcionam, mesmo a despeito do particularismo de suas expressões, como símbolos agregadores de um passado coletivo, ainda que sujeito a ser partilhado desigualmente.¹

LUGARES DE MEMÓRIA: PATRIMÔNIO CULTURAL

A questão do patrimônio situa-se na confluência que envolve tanto a consciência histórica quanto o papel da memória. Daí resulta a apropriação pelo Estado e também pelos intelectuais quanto à conservação ou destruição dos bens patrimoniais estabelecendo, conseqüentemente, qual o diálogo e qual a identidade nacional e ou cultural que este patrimônio transmitirá como legado. A palavra patrimônio proveniente do latim *pater* (pai) é utilizada no sentido de o conjunto de bens pertencentes ao *pater familias* e, portanto também, a herança, o legado, ou seja, aquilo que o pai deixa para os filhos. Nesta perspectiva, o conceito de patrimônio cultural pode ser entendido então como um conjunto de bens, materiais ou imateriais, merecedores de proteção, visando sua transmissão/herança para as gerações futuras, dado o valor relevante a eles atribuído, enquanto manifestações culturais e símbolos da nação.

Foi no século XVIII, na França revolucionária, que surgiram as primeiras medidas por parte do poder público de proteção ao patrimônio com o objetivo de conter a fúria destruidora de palácios, castelos e igrejas identificados como monumentos representativos da tirania do Antigo Regime. Assim,

é no final do oitocentos, que em nome do interesse público, o Estado assumiu a proteção legal de determinados bens classificados como nacionais, pois para que a nação pudesse existir, enquanto entidade independente, dever-se-ia identificar e apropriar-se do que já era sua propriedade – seu patrimônio. Esses bens eram as marcas do homem no tempo e no espaço; eram *monumentos-documento*^a.⁴

A noção de patrimônio passou então a servir ao processo de consolidação dos Estados-nação que buscavam a construção de uma identidade nacional. Desta maneira, o patrimônio cumpriria importantes funções simbólicas, tais como o reforço à noção de cidadania por meio dos bens identificados no espaço público como propriedade de todos os cidadãos e, a conseqüente instrução dos cidadãos, via preservação desses bens e a relação metonímica expressa na realidade e no ideal da nação, reforçando a coesão nacional e a legitimação do poder público uma vez que, a homogeneização simbólica desses bens heterogêneos e de diferentes procedências funcionaria como provas, documentos concretos, das versões oficiais da história nacional.⁴

No século XIX, os debates direcionaram-se sobre o que representariam os bens da nação e o que poderia ser considerado patrimônio nacional tendo como base a cultura dessa sociedade, ou seja, não obstante os suportes concretos do que se concebe uma nação, ela é, na verdade um artefato cultural - uma comunidade imaginária -, tal como propõe Benedict Anderson^b. E, a partir do século XX, a noção de patrimônio se moderniza em razão da autonomização da História e da Arte. Não cabe

mais a distinção entre monumentos históricos e monumentos artísticos, mas somente, monumentos históricos. Ou seja, entende-se que todo monumento tem, necessariamente, uma dimensão histórica e uma dimensão estética na medida em que incorpora uma série de elementos artísticos na sua realização.⁴

Também muito contribuíram para a ampliação do conceito de patrimônio as chamadas “*Cartas Patrimoniais*” (Atena, 1933; Veneza, 1964; UNESCO, 1972; México, 1985; etc). Estas *Cartas*, formadoras de princípios, representaram tentativas de estabelecer normas e procedimentos em relação ao patrimônio, circunscrevendo conceitos ora globais, ora locais. Ao mesmo tempo, em seus princípios, procuraram incorporar elementos como a mundialização de valores ocidentais, a expansão tipológica e cronológica de bens até então não contemplados como patrimônio, redefinição do discurso relacionado às questões identitárias e a inclusão de outros grupos sociais, num claro reconhecimento de sociedades múltiplas e plurais. Portanto, mudaram as narrativas presentes nos discursos sobre patrimônio, o qual passa a ser assim patrimônio cultural.

Segundo Jeudy⁹ (2005), o patrimônio se vincula não só a *história longa*, àquela que dá sentido à continuidade, mas também a uma *história imediata*, relacionada à experiência dos indivíduos ameaçados pela perda de sentidos de sua própria continuidade. Desta maneira, as escolhas dos lugares de memória, como capital simbólico, não podem ser arbitrárias, pois devem produzir um efeito de espelho salutar para a preservação dessa ordem simbólica de uma sociedade.⁹ A memória vivida é

a Entende-se a expressão monumento-documento, como aquele bem cujo valor encontra-se no fato de poder evocar o passado, perpetuando uma recordação, como um testemunho histórico de tudo que pertence, serve e exprime o homem, demonstrando a sua presença através do tempo e do espaço.

b Sobre o termo conferir a obra de Benedict Anderson, intitulada “Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo”, editada pela Companhia das Letras (São Paulo), em 2008.

ativa, viva e incorporada no social; são memórias necessárias para construir futuros locais diferenciados num mundo global. Portanto, o patrimônio tanto quanto os museus são lugares de memória que, segundo Nora⁶ (1993 p. 13) “nascem e vivem do sentimento que não há mais memória espontânea”. Isto porque, nos indivíduos a memória coletiva é sempre uma (re)construção, quer seja da percepção e dos sentimentos, quer seja por intermédio de imagens e ou outros suportes da memória mediados socialmente.

LUGARES DE MEMÓRIA: MUSEUS

Os museus, enquanto uma outra dimensão do patrimônio, são sempre um espaço que estabelece uma intermediação institucionalizada entre indivíduo e objetos materiais. Os museus induzem a ver aquilo que os olhos deixam passar no cotidiano e com mais razão ainda o que é diferente, insólito - o *outro* -, e que nos provoca um estranhamento. O vocábulo museu vem do grego *mouseion* e significa *templo das musas*, ou seja, local de inspiração divina e de onde provinham as musas^c que estimulavam a criatividade dos artistas e intelectuais. Isto é, esses templos eram destinados à cultura das artes e das ciências e não, a reunir coleções para a fruição dos homens.

O termo museu reapareceu no século XV sob o voto do colecionismo que havia se tornado moda na Europa e como fruto do espírito renascentista que revelou um novo mundo ao olhar do europeu. A partir de então, proliferaram os chamados *Gabinetes de Curiosidades* e ou *Raridades*, os quais reuniam no mesmo espaço físico, uma abundância das mais variadas espécies da natureza, objetos e seres exóticos vindos de terras distantes, em arran-

jos, quase sempre, desordenados e caóticos. Eram espaços, mormente, mantidos pelo poder eclesiástico ou pelas casas reais, portanto, destinados apenas à fruição das elites. Com o tempo, abandonaram a função exclusiva de saciar a mera curiosidade e se voltaram à pesquisa e à ciência pragmática e utilitária. Muitas dessas coleções, posteriormente, se transformaram em museu e, no fim do século XVIII, esses espaços foram franqueados ao acesso público. Fato que acabou por marcar o surgimento dos grandes museus.

Foi na conjuntura da Revolução Francesa que a acepção moderna de museu surgiu paralelamente à ideia de patrimônio. A fim de preservar a totalidade e diversidade de um patrimônio transformado em nacional no contexto revolucionário, segundo Julião¹⁰ (2006 p. 21), “concebidas formas de compatibilizar esses bens recuperados pela Nação com as demandas de seus novos usuários, ou seja, o povo, [...] implicava [às vezes] em atribuir-lhes novas funções”. No século XIX, essa concepção moderna de museu, de uma instituição a serviço do público, se consolidaria por meio da criação de importantes instituições museológicas na Europa. A essa época, dois tipos de museus se firmariam: o primeiro, alicerçado na história e na cultura nacional, de caráter celebrativo, enquanto o segundo seria resultado de movimentos científicos direcionados à pré-história, a arqueologia e a etnologia.¹⁰ Tal como o patrimônio, esses museus foram concebidos à luz do espírito do nacionalismo e, imbuídos de uma ambição pedagógica, contribuíram, de forma incisiva, no processo de construção das nacionalidades e legitimação dos Estados-nação, então emergentes. Muito embora a noção de museu tenha adquirido novos significados, ainda hoje, está

c Filhas de Mnemosine (Memória) e Zeus, as nove musas eram: Clio (História), Terpsícore (Dança), Tália (Comédia), Calíope (Eloquência), Érato (Poesia), Euterpe (Música), Polímnia (Hinos Sagrados), Urânia (Astronomia e Astrologia) e Melpômene (Tragédia).

associada à arte, à ciência e à memória tal como na antiguidade.

A criação em 1946 do *International Council of Museums* (ICOM), órgão vinculado à UNESCO desde 1947, marca o início de um movimento de renovação na museologia de maneira a tornar os museus lugares com caráter mais dinâmico, convertendo-os em centros de produção, informação, lazer e educação do público, de modo a compatibilizar suas atividades às novas demandas da sociedade. Com efeito, neste sentido, os museus acabaram por se especializarem visto que, se antes eram instituições vinculadas ao processo de identidade nacional, hoje, para Julião¹⁰ (2006 p. 21), “se tornaram temáticos e biográficos para atender à pluralidade dos grupos e segmentos sociais que reivindicam o direito a ter memória”. Portanto, são espaços de novas possibilidades e afirmação de novas identidades, tais como os museus tribais, local, regional, étnicos e tantos outros, numa valorização do discurso e da narrativa. Como aponta Fortuna¹ (1997 p.138), “o objeto exposto no museu está longe de ser apenas um artefato material. Ele é também e acima de tudo uma narrativa, ou seja, uma história contada sobre nós próprios ou sobre os outros [...]”. Tanto que “todos [os museus] incorporam os discursos da arte, da cultura, da política e da história, cada um à sua maneira”.¹¹

A exposição do acervo assim não é só um projeto museográfico, mas expressa, «interpretações, que servem para abrir uma reflexão sobre quem fabricou o objeto, quem o expõe e quem o olha, estando este último encarregado de construir intencionalmente, ativamente, uma tradução cultural e um significado crítico». ¹¹ Nas palavras de Jeudy⁹ (2005), o objeto museográfico absorve todas as posições do sujeito, para devolvê-las como espelho de suas intenções. E se anteriormente os museus,

enquanto lugares de memória privilegiados para a definição e exposição dos referentes culturais patrimonializados tinham como função primordial

a necessidade de fornecer um contexto que permitisse aos indivíduos visualizar e apreciar os objetos originais, indispensável para a sustentação de narrativas de autenticidade, tradição, universalidade, ordenação e classificação, associadas a formas centralizadas de poder e representação, que permitiam estabelecer relações entre a história nacional e a história universal, bem como entre o centro e a periferia [...]¹²,

hoje, não é mais essa a visão prevalecente. O compromisso com uma concepção antropológica de cultura de caráter mais abrangente e também com um novo olhar sobre o patrimônio e mesmo da própria história,

no presente assiste-se [...] uma reinvenção do museu enquanto instituição de serviço público, cuja análise deverá ser desenvolvida por referência às características da sociedade actual [...]. O critério de autenticidade foi assim, e de forma progressiva, substituído pelo de representatividade [...] os objectos, importantes recursos museológicos [...], constituem um arquivo de informação, que pode ser consultado, reproduzido e disponibilizado para diferentes propósitos, muitas vezes mediante a articulação com outras fontes de informação como sejam, fotografias, testemunhos orais, ou gravações, contribuindo desse modo para a criação de estratégias expositivas mais polissémicas [...]. A perda de sua natureza aurática, sóbria e académica [...], conduziu a importantes transformações no seu relacionamento com os visitantes [...] (*sic*).¹²

Por conseguinte, a identidade aferida pelos museus e patrimônios, tal como as identidades dos sujeitos, são construídas no aqui e no agora, no presente e na experiência. O museu e o patrimônio tornaram-se um mundo fantástico de sensações. Neles se *tocam*, se *veem*, se *ouvem*, se *cheiram* de modo a construir e dar sentido à realidade e à luz da própria experiência sensorial e cognitiva. Tudo é estético, mercadorizável e consumível.¹ Os visitantes cidadãos cederam espaço aos visitantes consumi-

dores. Num estreitamento dos laços com o mercado, o passado e os lugares de memória tornaram-se mercadorias. Atualmente, é sabido o sucesso dos lugares de memória junto ao público, pois, os museus têm sido percebidos como um espaço dinâmico e também criador de narrativas culturais diversas e múltiplas em que o desejo de se organizar exposições, eventos e experiências funciona como entretenimento para um público bastante diferenciado.

IDENTIDADES CULTURAIS

Para Costa¹³ (2002 p. 15) “as identidades culturais diferenciadas, específicas, fragmentadas, ou mesmo marcadamente particularistas, em vez de se esbaterem ou desintegrarem, parecem tender a proliferar, a multiplicar-se e acentuar-se”, muito embora possam coexistir com a presença de um discurso de segunda ordem de uma identidade nacional^c. O discurso de segunda ordem, feito pela apropriação das práticas populares reinterpretadas à luz dos intelectuais e estruturado no jogo da interação entre o nacional e o popular, constrói uma memória nacional que não coincide com a memória de nenhum grupo social específico, por isso mesmo, integrado em uma totalidade mais ampla - o Estado.¹⁴ Por um lado, aquilo que se entende por cultura nacional muda conforme a época e, à medida que o discurso alcança uma eficácia social, por meio do partilhamento, contribui para se formar a (re)concepção de uma identidade nacional. Com efeito, enquanto a memória nacional, do domínio da ideologia, funciona como amálgama da diferen-

ciação social fundando uma identidade nacional e universal, a memória coletiva, que é da ordem da vivência, manifesta o mundo social múltiplo e plural encarnando o grupo que a representa¹⁴, formando identidades culturais.

As identidades culturais são construções relacionais e interativas, isto é, se dão nas interações sociais e sempre relacionadas à alteridade e, também, são construções simbólicas porque envolvem sempre categorizações culturais e o cotejo de determinados símbolos que representem algum(ns) atributo(s) social(is).¹³ Ora bem, as experiências do cotidiano na contemporaneidade globalizada vinculam-se às questões fundamentais relacionadas à identidade, à percepção do *self* e do *outro* em um processo de reflexividade e (re)conhecimento. E mais, o local encontra-se de tal forma conectado ao global que influencia e é influenciado por este, portanto, há uma interdependência, cada vez maior, entre o espaço global e o local incidindo sobre as coletividades e a multiplicidade dos grupos sociais redefinindo, segundo Fortuna¹ (1997 p. 129), o “lugar do tempo e espaço nos imaginários e nas práticas sociais dos sujeitos”. Logo, a identidade cultural não existe nem em si mesma e nem é absoluta, mas ela é sim, relativa e relacional.

Evidemment les caractéristiques de l'identité sont plus nettes quand elles s'affirment dans le contact entre ou avec d'autres cultures et, par consequence, dans le contact avec d'autres systèmes de valeurs, des lois e de praxis. Vraiment, c'est dans le dialogue, dans le contact et même dans la confrontation qu'on peut établir des relations d'analogie et les comparaisons par lesquelles l'identité s'affirme au moyen de la diversité^d.¹⁵

c Neste texto, deve-se entender a expressão identidade nacional tanto no que se refere a uma identidade de uma nação como no que tange a identidade de um município/cidade e por analogia também a expressão memória nacional.

d Obviamente, as características da identidade são mais nítidas quando elas se afirmam no contato entre e ou com outras culturas e, conseqüentemente, no contacto com outros sistemas de valores, leis e *praxis*. Realmente, é no diálogo, no contato e mesmo no confronto que se pode estabelecer relações de analogia e comparação, para que a identidade se afirme no meio da diversidade (tradução nossa).

Sem dúvida, os movimentos contemporâneos de transnacionalização e desterritorialização da cultura, principalmente no que tange à indústria cultural, têm alterado os processos de formação, produção e transformação dos elementos simbólicos em relação os quais se definem o perfil identitário de uma nação. Imagens de apelo comercial solidificam diferenças, essencializam características eternizadas em *imagens de identidades* de grande impacto e circulação - cujas essas imagens sejam as próprias identidades que deveriam *representar* -, na construção de uma identidade-para-o-mercado.¹⁶

Nesse contexto, o passado nostálgico é transformado em uma miragem visual de estereótipos e narrativas, de pedaços recortados e desconectados¹⁶, numa invenção das tradições, que funciona como um espelho no qual a nação se vê e, mais especificamente, ali os *outros* começam a vê-la.¹⁷ No capitalismo tardio, a falta de capacidade de representar a história pode ser relacionada ao *pastiche* da construção de identidades, sem história própria, que sob a égide do capital financeiro se reduz a imagens de fácil consumo para a indústria cultural.¹⁶ A esse *pastiche* de identidade, que descreve uma forma de identificação hegemônica no capitalismo atual, é o que Machado¹⁶ (2004) conceitua de identidade-para-o-mercado. Isto é, ainda de acordo com Machado¹⁶ (2004 p. 210), “a especificidade da identidade-para-o-mercado é que ocorre no mercado, para o mercado e através do mercado”.

Muitas vezes, esse fato ocorre num exercício de redução das identidades em um processo de exotização, ou seja, de efetivação de estereótipos a uns poucos elementos simbólicos de maneira a reproduzir a nação nesses poucos elementos.

[...] o capitalismo é um sistema simbólico que, como outro qualquer, é arbitrário. [...] Além do mais [...] “Na cultura ocidental, a economia é o *locus* principal de produção simbólica” [...] e a produção de mercadorias é um modo privilegiado de produção e transmissão simbólica. No estágio mais recente do movimento do sistema simbólico do capitalismo (capitalismo tardio), no qual a economia e a produção de valor continuam os *loci* de produção simbólica privilegiados, a própria cultura está a serviço da valorização, o que podemos ver por meio da construção de identidades-para-o-mercado e de sua relação estrutural com os mercados (p. 226, grifo do autor).¹⁶

Entretanto, como afirma Costa¹³ (2002), os fenômenos das identidades culturais quando focados e analisados mais de perto evidenciam, em regra, contornos menos nítidos, permanentes e unívocos do que aqueles apresentados no debate público; quer seja pela mídia ou por programas de ação coletiva politizada, quer seja por situações relacionadas ao cotidiano. As identidades culturais revelam, no entrelace de dinâmicas de ostentação e ocultação e da permanente ambivalência de valoração, seja positiva seja negativa, um caráter sempre situacional, contextualizado, interativo e estratégico no seu acionamento¹³, “modulando-se ao sabor do ‘espírito do tempo’”, como afirma Caniello¹⁸ (2003 p. 51, grifo do autor). Do entrelaçamento complexo das identidades culturais, Costa¹³ (2002, grifo nosso) propõe uma tipologia de *três modos principais de manifestação contemporânea das identidades culturais*, as quais são nomeadas de *identidades experimentadas*, *identidades designadas* e *identidades tematizadas*.

De acordo com o autor supramencionado, as *identidades experimentadas* relacionam-se às representações cognitivas e ao sentimento de pertença aludido a coletivos de quaisquer espécie que

um conjunto de pessoas compartilha resultantes das suas experiências de vida e de situações de existência social, ou seja, é da ordem do vivido. Já as *identidades designadas* ou *atribuídas* são aquelas de um discurso de segunda ordem, isto é, vinculam-se a construções discursivas ou icônicas de entidades coletivas, normalmente produzidas por quem não tem relação subjetiva de pertença. Importante ressaltar, ainda em conformidade com Costa¹³ (2002) que, nas dinâmicas identitárias é frequente os *efeitos de sobreposição desfocada* entre as duas formas de idealtipo de identidades culturais - as *identidades experimentadas* e as *identidades designadas*. Contudo, cada vez mais, os efeitos de reinvestimento simbólico da terceira forma idealtípica - as *identidades tematizadas* ou *políticas de identidade* - são exercidos sobre as modalidades anteriores de identidades culturais. Assim, a terceira modalidade de identidade cultural são as *identidades tematizadas*, ou seja, aquelas identidades utilizadas como ferramenta de ações de políticas de identidades no sentido de serem estratégias deliberadas e reflexivas de colocação pública de uma dada situação social envolvida em uma problemática identitária.

No entanto, a questão das identidades, como fenômeno cultural, guarda em si, uma dimensão na qual se desenvolvem relações de poder que lhe são inerentes, quer seja em mecanismos de *potenciação da ação coletiva*, quer seja, em *mecanismos de reflexividade reificante*. A busca e o investimento de uma marca local distintiva, no caso da nação/cidade ou na produção e articulação de um elemento de diferenciação entre si, no caso dos grupos sociais, o que se observa é que a construção das identidades se funda sempre numa interpretação mediada pelo Estado-nação ou pelos intelectuais.

Estes atores funcionam como mediadores simbólicos, diretos ou indiretos, na tessitura de

imagens identitárias de fácil apreensão ou consumo. E, na construção imagética entre o particular/local e o universal/global, são aqueles mediadores - o Estado-nação ou intelectuais -, os artífices pelo reforço, esquecimento ou invenção dessas imagens. Para Machado¹⁶ (2004 p. 220; 211), “fonte [...] de material simbólico para inserção na indústria cultural”, as imagens são elementos de diferenciação e instrumentos de poder “[...] determinadas pela influência de quem tem capital social, cultural e simbólico”.

Assim,

o cultural como “*animação*”, sem alma por certo, tornou-se o grande fetiche de nossos dias. Sabemos faz tempo que nada está fora alcance da febre do consumo, muito menos a cultura e seu prestígio, mas agora o próprio ato de consumir se apresenta sob a aparência de um gesto cultural legitimador na forma de bens simbólicos - como se disse à exaustão: de imagens ou de simulacros. É a forma-mercadoria no seu estágio mais avançado, como forma publicitária. O que se consome é um estilo de vida e nada escapa a essa imaterialização que tomou conta do social. (grifo do autor).¹⁹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o que se percebe é que na construção identitária, quer seja dos grupos sociais, quer seja das cidades, as imagens e narrativas elencadas como elementos e valores de distinção em relação aos *outros*, representam, de maneira paradoxal, identidades redutoras, reificadas e predeterminadas. Não resta dúvida de que o mundo está musealizado e que todos nós representamos os nossos papéis neste processo numa tentativa de recordação total. Ao mesmo tempo, impõe-se a conservação patrimonial mesmo que por meio das memórias comercializadas em massa - cartões postais, *pop-cards*, fotografias, imagens e novas tecnologias de mídia. O passado vende mais que o futuro.

A patrimonialização de referentes culturais, materializada na obsessão pelo passado, configura-se na conservação de identidades centradas, unidas e coerentes em contraposição às pressões das forças da globalização, ao desconforto do presente e às incertezas do futuro.¹² Precisa-se então, desta maneira, da memória e da patrimonialização juntas, para se construir uma proteção contra o esquecimento e o desaparecimento a fim de se combater a profunda ansiedade que o homem enfrenta com a velocidade das mudanças e o contínuo encolhimento dos horizontes de tempo e de espaço. Há, simultaneamente, tanto excesso quanto escassez de presença que os lugares de memória funcionam como compensação por essa perda de estabilidade.

Ademais, é importante reconhecer que embora os discursos de memória possam parecer, de certo modo, um fenômeno global, no seu núcleo, o lugar das práticas de memória ainda permanece local, regional, nacional e não pós-nacional ou global. Assim como também, um dos objetivos da ordem patrimonial é o de expressar a identidade cultural a qual está lá e é soberana.^{1,9} Entretanto, neste novo cenário global, como aponta Anico¹² (2005), a capacidade de reinterpretar a cultura pode ser percebida como uma modalidade de adaptação ou hibridismo que liberta as comunidades da opressão de uma versão essencialista da identidade cultural. A maquinaria patrimonial, enquanto representação de um passado, enfatiza uma noção de continuidade, coesão e pertença, mas estabelece uma mediação com uma memória referente a um local e, a um tempo, recriado no presente. Assim, se a cidade é o lugar onde se inscreve a história do urbano, por conseguinte, serão os lugares de memória que configurarão o sentimento de pertença e completude na construção quer seja, da identidade urbana, quer seja, das identidades culturais.

REFERÊNCIAS

- 1 FORTUNA, C. As Cidades e as Identidades - Narrativas, patrimônios e memórias. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ano 12, n. 33, p. 127-141, fev. 1997.
- 2 MAGNANI, J. G. C. De perto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002. p. 17.
- 3 SENRA, M. C. S. M. L. Cidade Moderna: História, Memória e Literatura - Paris, Belo Horizonte. *Revista UniVap*, São José dos Campos, v.17, n. 29, p. 62-79, ago. 2011.
- 4 SENRA, M. C. S. M. L. Dos usos e pontos: a construção do patrimônio cultural como prática de cidadania. In: *Anais... Encontro Científico Multidisciplinar da CNEC/ FACECA* (4), Varginha/MG, 2006. 19 p. Disponível em: <www.faceca.br>.
- 5 NEVES, M. S. Os jogos da memória. In: MATOS, I. R. (Org.). *Ler & Escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro: Access, 1998. p. 203-219.
- 6 NORA, P. Entre Memória e História - a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, dez. 1993.
- 7 HUYSSSEN, A. Passados presentes: mídia, política, amnésia. In: HUYSSSEN, A. *Seduzidos pela Memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p. 9-40.
- 8 DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 47.
- 9 JEUDY, H-P. A maquinaria patrimonial. In: JEUDY, H-P. *Espelhos das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. p. 13-78.
- 10 JULIÃO, L. Apontamentos sobre a História do Museu. In: Vários Autores. *Caderno de Diretrizes Museológicas*. Belo Horizonte: SEC/Sup. Museus/Brasília:MinC/IPHAN/IMCC, 2006. p. 19-32. Dis-

ponível em: <www.museus.gov.br>. Acesso em: 20 jul. 2009.

11 CLIFFORD, J. Museologia e contra-história: viagens pela Costa Noroeste dos Estados Unidos. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ/UNI-RIO, 2003. p. 255-302. p. 259; p. 286.

12 ANICO, M. A Pós-Modernização da Cultura: Patrimônio e Museus na Contemporaneidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 71-86, jan/jun. 2005. p. 78; p. 79; 80; 81.

13 COSTA, A. F. Identidades culturais urbanas em época de Globalização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 15-30, fev. 2002. p. 15.

14 ORTIZ, R. Estado, cultura popular e identidade nacional. In: ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 3 ed. São Paulo: brasiliense, 1985. p. 127-142.

15 GUARNIERI, W. R. Museology and Identity. In: ICOM/ICOFOM Symposium, 1986, Buenos Aires. *Anais...* Buenos Aires: The International Council of Museums/ International Committee for Museology, 1986. p.245-255. p. 247. (Mimeografado)

16 MACHADO, I. J. R. Estado-nação, identidade-para-o-mercado e representações de nação. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 47, n. 48, p. 207-233, 2004.

17 ARCHETTI, E. P. O “gaucho”, o tango, primitivismo e poder na formação da identidade nacional argentina. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 9-29, 2003.

18 CANIELLO, M. O ethos sanjoanense: tradição e mudança em uma “pequena cidade”. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 31-56, 2003. p. 51.

19 ARANTES, O. *O urbanismo em fim de linha*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 143.